

Saulo condena projeto e se propõe a "ajudar"

Nélio Rodrigues

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, qualificou ontem o projeto da Constituição de "lamentável". Ele afirmou ainda que alguns artigos "atingem o absurdo". Saulo já estudou todo o documento e, durante este fim de semana, fará um relatório apontando as falhas do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. O consultor disse também que está à disposição para ajudar parlamentares que queiram apresentar emendas.



Na sua análise, o consultor-geral apontou inclusive falhas de caráter técnico, citando como exemplo o artigo 25, que "declara a inconstitucionalidade de autoridade e não do ato praticado pela autoridade". Na questão trabalhista, ele considera que houve um retrocesso.

Ao fazer sua avaliação, Saulo Ramos criticou o texto no tocante ao sistema de governo. Disse ele que o projeto "cria um parlamentarismo onde o Legislativo praticamente se transforma em Executivo, negando a separação dos poderes, porque o Legislativo pode até indicar ou demitir funcionários do terceiro escalão". Segundo Saulo, este sistema foi criticado por Sarney que, na reunião do Palácio da Alvorada, na última terça-feira, à noite, disse a Bernardo Cabral: "Eu não desejaria passar a faixa para meu sucessor com uma legislação que não lhe dá poderes para governar".

Muitos dos artigos incluídos, afirmou Saulo, "deveriam constar da lei ordinária e não da Constituição". Entre estes ele apontou o problema do diploma de jornalista.

"Isso não é matéria constitucional. A Constituição deve apenas ter comandos que garantam a liberdade de ação profissional. Cabe à lei ordinária regulamentar a profissão", disse o consultor-geral, citando ainda outro exemplo de matéria própria da lei ordinária: "A mudança do ensino da História do Brasil, no artigo 37, a eliminação do analfabetismo até o ano 2001, previsto no artigo 53, e até a reforma agrária, que é programa de governo. Cada um tem seu programa".

Ramos acredita que este projeto não será aprovado. Não passou ele — "até porque o Brasil não merece. Diziam que o Governo, nós, estávamos fazendo pressões. Mas, se tivéssemos feito pressão e apresentado um substitutivo, não sairia isso que está aí. O projeto está mal redigido. Só alguns pontos são aproveitáveis".

Arinos agirá para adaptar sua proposta

O grupo parlamentarista, presidido pelo senador Afonso Arinos, decidiu pela criação de dois subgrupos de trabalho para adaptação no parlamentarismo proposto no substitutivo do relator Bernardo Cabral e articulação política. Eles pretendem propor textos alternativos que facilitem as negociações e garantam a vitória do sistema de governo que defendem, no plenário da Assembléia Constituinte.

A Comissão de Mobilização e Articulação Política, de caráter interpartidário, reúne o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique e do PCB, Roberto Freire e os deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Bonifácio Andrada (PDS-MG), José Maria Eymael (PDC-SP) e Joaquim Beviláqua (PTB-SP). Eles ficaram encarregados de contatarem o maior número possível de constituintes, a começar pelos coordenadores de bancada e lideranças partidárias. Farão ainda um levantamento mais preciso dos constituintes que defendem o parlamentarismo, além de um diagnóstico que permita aferir qual dos sistemas, se o parlamentarismo puro ou mitigado, prefere a maioria.

Numa primeira contagem, que consideram superficial, o grupo concluiu que a Emenda Arinos será vitoriosa na Sistematização por mais de 50 votos e que, no plenário, o número de constituintes parlamentaristas poderá chegar a 300.



Saulo Ramos considerou a proposta de Cabral "lamentável"

Igreja considera que País vive hoje "apartheid" social

O Brasil vive hoje um verdadeiro apartheid social que só se assemelha ao apartheid racial praticado na África do Sul. Esta foi uma das observações feitas ontem pelo secretário-geral da CNBB, dom Celso Queiroz que, ao lado do presidente e vice-presidente da entidade, dom Luciano Mendes de Almeida e dom Paulo Pontes, fez uma avaliação sobre o projeto constitucional, distribuindo ainda o documento sobre a situação do País. O mesmo documento foi entregue por dom Luciano ao presidente José Sarney, ontem de manhã.

O documento entregue ao Presidente da República se dirige aos constituintes. Nele, os bispos apelam aos parlamentares e às instituições de um modo geral, "para que busquemos uma democracia real que supere a democracia nominal ou formal". Adiante, um alerta: "Estamos mergulhados num cenário de crescente injustiça social que, dia-a-dia, vem esmagando a maioria do povo. É preciso que se aperfeiçoem as instituições e as leis, para que o povo não se sinta impelido a buscar soluções fora do ordenamento social, o que pode provocar o caos na sociedade".

Valores

Entre os valores que a Igreja quer ver respeitados, o documento salienta "o dom da vida, respeito às necessidades básicas de alimentação, solo urbano, solo rural, educação, saúde, moradia, emprego, liberdades básicas, entre elas a religiosa, sem a qual é impossível uma verdadeira democracia".

Além desses pontos, o docu-

mento faz alusão expressa à questão indígena, referindo-se ainda à expulsão dos missionários das áreas indígenas. O problema foi o principal tema da conversa de ontem entre o presidente da CNBB, dom Luciano, o ex-presidente, dom Ivo Lorscheiter e Sarney.

Insatisfação

Dom Luciano disse ao Presidente da República que a Igreja já está insatisfeita com as denúncias contra o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), afirmando ainda que estas denúncias se baseiam "no interesse das mineradoras que querem explorar as áreas indígenas". Sarney concordou com dom Luciano, dizendo ainda que não autorizou a nenhum órgão a expulsar missionários das áreas indígenas.

Na audiência, ao comentar o episódio entre o ministro da Justiça, Paulo Brossard e dom Luciano, o Presidente da República pediu ao presidente da CNBB que o incidente não se constituísse em fechamento dos canais de comunicação entre Igreja e Governo.

À tarde, depois da audiência, os três bispos da presidência da CNBB distribuíram o documento, concedendo entrevista coletiva, quando dom Celso fez suas críticas à situação vivida pelo País, alertando contra a convulsão social.

"As leis de cunho social — disse dom Celso — na sua hesitação em estender a cidadania aos mais pobres cria um apartheid social, análogo ao apartheid racial da África do Sul. Estamos construindo o impossível e o impossível tem como consequência a explosão social".

PFL mineiro defenderá ruptura com o Governo

Belo Horizonte — A cúpula da Frente Liberal, que estará reunida hoje e amanhã em Muriaé, Zona da Mata, com as bases mineiras do partido, será fatalmente pressionada no sentido do rompimento com o Governo Federal e de trabalhar pelos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. A posição pela ruptura vem sendo defendida desde o início do ano pela bancada estadual do PFL e encontra respaldo entre os deputados federais, pelo menos no que diz respeito à redução do mandato de Sarney.

Não obstante, o presidente regional do partido, ex-deputado Paulino Cicero, não crê que deste encontro possa se tirar uma posição definitiva do conjunto do partido em Minas. Antes, será um referencial para a convenção nacional do PFL, a realizar-se em 28 e 29 de novembro próximo. Paulino não admite que a reunião é uma fórmula de direção regional contornar as pressões das bases no sentido do rompimento. Ele prefere defini-la como uma oportunidade de discussão com a cúpula liberal e

uma fórmula de mobilização das bases, com vistas à organização do partido e as eleições municipais no ano que vem.

Preocupações

Estarão em Muriaé, além do presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, e do líder do partido na Constituinte, deputado José Lourenço, os ministros das Minas e Energia, Aureliano Chaves, das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e da Educação, Jorge Bornhausen. Participarão do encontro, também, deputados e presidentes de diretórios de outros estados.

Preocupados com as eleições municipais no próximo ano, aproveitarão o encontro para dimensionar essas preocupações: a postura de oposição no interior, onde o PMDB tem crescido em proporções geométricas; a meta da direção regional é ampliar o número de diretórios no interior dos atuais 515 para 722 (um em cada município mineiro) até 28 de fevereiro de 1988, quando se darão as convenções municipais do partido em todo o País.